

Sumário

PARTE I – DIREITO CIVIL

Luciano L. Figueiredo

Roberto L. Figueiredo

Apresentação.....	29
-------------------	----

PARTE GERAL

Capítulo I → LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DE DIREITO BRASILEIRO (LINDB)	33
1. Noções introdutórias.....	33
2. Vigência.....	34
3. Obrigatoriedade das Normas.....	38
4. Integração Normativa.....	39
5. Interpretação da Norma.....	41
6. Aplicação da Lei no Tempo.....	42
7. Eficácia da Lei no Espaço (Direito Internacional Privado).....	43
8. Interpretação das normas pelos agentes públicos.....	45
Capítulo II → PESSOA FÍSICA OU NATURAL OU DE EXISTÊNCIA VISÍVEL	49
1. Personalidade Jurídica.....	49
2. Pessoa Física: Conceito.....	49
3. Emancipação.....	56
4. Estado da Pessoa.....	58
5. Extinção da Pessoa Física ou Natural.....	58
Capítulo III → PESSOA JURÍDICA	63
1. Conceito.....	63
2. Surgimento da Pessoa Jurídica.....	63
3. Desconsideração da Personalidade Jurídica da Pessoa Jurídica (“Disregard Doctrine”).....	65
4. Sociedades Despersonificada.....	67
5. Representação da Pessoa Jurídica.....	68
6. Classificação das Pessoas Jurídicas.....	69
7. Extinção da Pessoa Jurídica.....	75

Capítulo IV

DIREITOS DA PERSONALIDADE 77

1. Introdução e Conceito 77

2. Características 78

3. Tutela Jurisdicional..... 81

4. Classificação..... 81

5. Direitos da Personalidade da Pessoa Jurídica 90

Capítulo V → DOMICÍLIO 91

1. Introdução..... 91

2. Domicílio da Pessoa Natural 91

3. Domicílio da Pessoa Jurídica 93

4. Espécies de Domicílios 93

Capítulo VI → BENS JURÍDICOS 95

1. Conceito de Bens Jurídicos 95

2. Classificação..... 95

Capítulo VII → TEORIA DO ATO, FATO E NEGÓCIO JURÍDICO 107

1. Fato Jurídico x Fato Material 107

2. Negócio Jurídico 109

3. Defeitos ou vícios do negócio jurídico..... 119

Capítulo VIII → PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA 131

1. Noções Introdutórias..... 131

2. Prescrição..... 133

3. Decadência ou Caducidade 140

4. Direito Intertemporal e Prescrição 143

Capítulo IX → PROVA DO NEGÓCIO JURÍDICO 145

1. Introdução..... 145

2. Prova e forma: qual a relação jurídica entre os institutos? 146

3. Meios de prova: tratamento no Código Civil de 2002 147

4. Confissão..... 148

5. Documento..... 149

6. Testemunha 152

7. Presunções 155

8. Perícias..... 156

PARTE ESPECIAL

Capítulo I → DIREITO OBRIGACIONAL 159

1. Conceito e Generalidades..... 159

2. Distinção dos Direitos Reais..... 159

3. Elementos da relação jurídica obrigacional.....	162
4. Classificação (modalidades) das Obrigações.....	164
5. Do Pagamento. Teoria Geral.....	177
6. Formas Especiais ou indiretas de Extinção da Obrigação.....	184
7. Inadimplemento.....	197
8. Juros.....	199
9. Sinal ou Arras.....	201
10. Cláusula Penal ou Pena Convencional.....	202
11. Transmissão das Obrigações.....	204
Capítulo II → TEORIA GERAL DOS CONTRATOS.....	207
1. Conceito e Natureza Jurídica.....	207
2. Princípios do Direito Contratual.....	207
3. Formação dos Contratos.....	216
4. Contrato Preliminar.....	219
5. Vícios Redibitórios.....	220
6. Evicção.....	221
7. Extinção dos Contratos.....	223
8. Classificações dos Contratos.....	226
Capítulo III → CONTRATOS EM ESPÉCIE.....	231
1. Compra e Venda.....	231
2. Contrato de doação.....	242
3. Contrato de locação de coisas.....	249
4. Contrato de empréstimo.....	253
5. Contrato de depósito.....	255
6. Contrato de prestação de serviços.....	257
7. Contrato de empreitada.....	261
8. Contrato de mandato.....	268
Capítulo IV → RESPONSABILIDADE CIVIL.....	279
1. Noções Introdutórias.....	279
2. Conceito.....	279
3. Elementos Gerais e Necessários da Responsabilidade Civil.....	280
4. Espécies.....	286
5. Causas excludentes da responsabilidade civil.....	289
6. Outras hipóteses de responsabilidade civil objetiva.....	291
7. Responsabilidade civil por homicídio.....	294
8. Responsabilidade civil por lesão ou ofensa a saúde.....	295
9. Responsabilidade civil por incapacidade laboral.....	295
10. Responsabilidade civil por esbulho.....	296
11. Responsabilidade civil por injúria, calúnia e difamação.....	296
12. Responsabilidade civil por ofensa a liberdade pessoal.....	297
13. Responsabilidade civil por cobrança indevida.....	297
14. Transmissibilidade da obrigação de indenizar.....	298
15. Dicas finais.....	298

Capítulo V → DIREITOS DAS COISAS	301
1. Definição dos Direitos Reais	301
2. Posse.....	301
3. Aquisição e Perda da Posse.....	306
4. Efeitos da Posse	306
5. Direito de propriedade ou direito real na coisa própria	307
6. A perda da propriedade (art. 1.275 e 1.276, CC).....	320
7. Direitos de Vizinhança.....	321
8. Condomínio.....	325
9. Propriedade Resolúvel.....	334
10. Propriedade Fiduciária.....	335
11. Superfície.....	335
12. Servidões	336
13. Usufruto	337
14. Do Uso	339
15. Da Habitação.....	339
16. Do Direito do Promitente Comprador	339
17. Do Penhor, da Hipoteca e da Anticrese	339
18. Do Penhor.....	340
19. Hipoteca.....	342
20. Anticrese	344
21. Da laje	344
Capítulo VI → DIREITO DE FAMÍLIA	347
1. Noções Introdutórias.....	347
2. Conteúdo das Normas de Direito de Família	347
3. Aspectos Processuais (breves notas)	348
4. Casamento	348
5. Separação e Divórcio.....	362
6. Relações de parentesco.....	365
7. União Estável.....	369
8. Concubinato.....	371
9. Alimentos	371
10. Bem de Família	373
11. Investigação de Paternidade.....	381
12. Guarda	382
13. Tutela.....	383
14. A Curatela	386
15. Adoção.....	390
Capítulo VII → DIREITO DAS SUCESSÕES	393
1. Conceito.....	393
2. O Foro para Ajuizamento do Inventário, o PRAZO e a Administração da Herança.....	395
3. Capacidade para Suceder	397
4. Aceitação e Renúncia da Herança	397
5. Indignidade: Dos Excluídos da Sucessão	399

6. Herança Jacente <i>versus</i> Herança Vacante	401
7. Petição da Herança	402
8. Ordem de Vocação Hereditária.....	402
9. A Sucessão do Companheiro.....	406
10. Direito de Representação	407
11. Sucessão Testamentária	408

PARTE II – DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva
Eduardo Augusto Madruga de Figueiredo Filho

Capítulo I → NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL	419
1. Constitucionalização do Processo Civil.....	419
2. Modelo cooperativo de Processo	419
3. Normas fundamentais do Processo	420
4. Normas fundamentais em espécie.....	423
Capítulo II → JURISDIÇÃO	433
1. Considerações iniciais	433
2. Objetivos.....	433
3. “Equivalentes jurisdicionais”	433
4. Arbitragem	434
6. Princípios da jurisdição.....	436
7. Espécies de jurisdição	437
8. Jurisdição voluntária	438
9. Limites da jurisdição nacional.....	439
Capítulo III → AÇÃO	441
1. Teorias sobre a natureza jurídica do direito de ação	441
2. Conceito	442
3. Condições da ação	443
4. Aferição das condições da ação	445
5. Elementos.....	445
6. Classificação.....	446
Capítulo IV → COMPETÊNCIA	449
1. Considerações iniciais	449
2. Organização judiciária	449
3. Cooperação internacional	449
4. Competência interna civil.....	450
5. Critérios de determinação da competência.....	451
6. Competência absoluta e relativa	454
7. Modificação de competência	455
8. Declaração de incompetência	457
9. Cooperação nacional.....	459

Capítulo V → PARTES E PROCURADORES	461
1. Conceito de partes.....	461
2. Teoria geral das capacidades: Capacidade de ser parte e capacidade processual.....	461
3. Incapazes e capacidade processual.....	463
4. Pessoas jurídicas e entes despersonalizados.....	463
5. Procuradores e capacidade postulatória (<i>jus postulandi</i>).....	465
6. Sucessão das partes e dos procuradores.....	467
Capítulo VI → DEVERES DAS PARTES E DE SEUS PROCURADORES	469
1. Considerações iniciais.....	469
2. Deveres das partes e de seus procuradores.....	469
3. Responsabilidade das partes por dano processual.....	471
Capítulo VII → DESPESAS, HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E MULTAS .	473
1. Considerações iniciais.....	473
2. Despesas processuais.....	473
3. Honorários advocatícios.....	475
4. Disposições comuns entre despesas processuais e honorários advocatícios.....	481
5. Multas.....	482
Capítulo VIII → GRATUIDADE DA JUSTIÇA	485
1. Considerações iniciais.....	485
2. Objeto.....	485
3. Requisitos.....	486
4. Concessão, denegação, impugnação e revogação.....	487
5. Pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios pelo beneficiário.....	489
Capítulo IX → LITISCONSÓRCIO	491
1. Considerações iniciais.....	491
2. Conceito.....	491
3. Justificativa.....	491
4. Classificação.....	491
5. Hipóteses de formação de litisconsórcio.....	494
6. Limitação do litisconsórcio facultativo.....	494
7. Tratamento dos litisconsortes.....	495
8. Algumas repercussões processuais da formação litisconsorcial.....	495
Capítulo X → INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	499
1. Conceitos e especificidades.....	499
2. Natureza jurídica.....	499
3. Modalidades.....	499
4. Classificação.....	500
5. Cabimento.....	501
6. Restrições (atuais e antigas).....	501
7. Intervenções de terceiros em espécie.....	502

Capítulo XI → AUXILIARES DA JUSTIÇA	515
1. Juiz	515
2. Auxiliares da Justiça	516
Capítulo XII → IMPEDIMENTOS E SUSPEIÇÃO	521
1. Considerações iniciais	521
2. Hipóteses de impedimento	521
3. Hipóteses de suspeição	522
4. Arguição de impedimento ou de suspeição	523
Capítulo XIII → MINISTÉRIO PÚBLICO, ADVOCACIA PÚBLICA E DEFENSORIA PÚBLICA	525
1. Disposições comuns	525
2. Ministério Público	526
3. Advocacia Pública	528
4. Defensoria Pública	529
Capítulo XIV → PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS	531
1. Considerações iniciais	531
2. Pressupostos de existência	532
3. Pressupostos (requisitos) processuais de validade	532
4. Pressupostos processuais extrínsecos negativos	535
5. Pressuposto processual intrínseco	536
6. Reconhecimento (ou não) de ofício	536
7. Sistema de invalidades e os pressupostos processuais	537
Capítulo XV → ATOS PROCESSUAIS	539
1. Considerações iniciais	539
2. Forma	539
3. Publicidade dos atos processuais	540
4. Atos em geral	540
5. Tempo e lugar dos atos processuais	542
6. Negócios jurídicos processuais	543
7. Calendarização processual	544
8. Prática eletrônica de atos processuais	544
Capítulo XVI → PRAZOS PROCESSUAIS	547
1. Considerações iniciais	547
2. Considerações iniciais	547
3. Começo do prazo e começo da contagem do prazo	549
4. Forma de contagem dos prazos processuais	550
5. Suspensão do prazo processual	551
6. Preclusão temporal e justa causa	552
7. Prorrogação dos prazos processuais	552
8. Renúncia ao prazo	553
9. Prática do ato processual antes do termo inicial	554
10. Contagem do prazo em dobro para litisconsortes com procuradores diferentes	554

Capítulo XVII → COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS	555
1. Considerações iniciais.....	555
2. Citações.....	555
3. Intimações.....	565
4. Cartas	570
 Capítulo XVIII	
INVALIDADES PROCESSUAIS	573
1. Defeito e invalidade.....	573
2. Prejuízo e invalidade.....	573
3. Nulidades processuais absolutas e relativas.....	574
4. Interdependência dos atos processuais.....	574
5. Boa-fé processual e vedação do <i>venire contra factum proprium</i>	575
6. Nulidade decorrente da falta de intimação do Ministério Público.....	575
7. Convalidação do ato.....	576
 Capítulo XIX → DISTRIBUIÇÃO E REGISTRO.....	577
1. Registro	577
2. Distribuição.....	577
 Capítulo XX → VALOR DA CAUSA.....	579
1. Considerações iniciais.....	579
2. Critérios para fixação do valor da causa.....	579
3. Correção e impugnação.....	580
 Capítulo XXI → TUTELA PROVISÓRIA.....	583
1. Teoria geral da tutela provisória.....	583
2. Teoria geral da tutela de urgência.....	587
3. Tutela provisória de urgência satisfativa.....	590
4. Tutela provisória de urgência cautelar.....	591
5. Teoria geral das tutelas de urgência antecedentes.....	591
6. Tutela de evidência	601
 Capítulo XXII → FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO	605
1. Considerações iniciais.....	605
2. Formação do processo.....	605
3. Suspensão do processo.....	605
4. Extinção do processo	608
 Capítulo XXIII → PETIÇÃO INICIAL	615
1. Considerações iniciais.....	615
2. Requisitos.....	615
3. Aditamento e alteração.....	620
4. Emenda	621

5. Indeferimento	622
6. Improcedência liminar do pedido	624
Capítulo XXIV → PEDIDOS	627
1. Considerações iniciais	627
2. Requisitos	627
3. Interpretação	628
4. Cumulação	629
5. Prestação indivisível	632
6. Aditamento ou alteração do pedido	632
Capítulo XXV → AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU MEDIAÇÃO	635
1. Considerações iniciais	635
2. Audiência de conciliação ou mediação	635
Capítulo XXVI	
RESPOSTA DO RÉU	643
1. Considerações iniciais	643
2. Modalidades	643
3. Revelia	654
Capítulo XXVII → FASE DE SANEAMENTO	657
1. Considerações iniciais	657
2. Providências preliminares	657
3. Julgamento conforme o estado do processo	659
4. Despacho de saneamento e organização do processo	660
5. Audiência de saneamento compartilhado em cooperação	661
Capítulo XXVIII → JULGAMENTO ANTECIPADO DO MÉRITO	663
1. Considerações iniciais	663
2. Hipóteses de julgamento imediato do mérito	663
3. Obrigação do julgador	664
4. Julgamento antecipado parcial do mérito	664
5. Supressão de atos processuais	665
6. Cerceamento de defesa	665
Capítulo XXIX → AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	667
1. Considerações iniciais	667
2. Procedimento	667
3. Adiamento da audiência	669
4. Suspensão da audiência	670
5. Termo de audiência	670
Capítulo XXX → PROVAS	671
1. Considerações iniciais	671

2. Classificação.....	671
3. Objeto	672
4. Finalidade	672
5. Destinatários	672
6. Valoração	673
7. Ônus	673
8. Comunhão.....	675
9. Poder de instrução	675
10. Prova emprestada.....	675
11. Provas ilícitas	675
12. Meios típicos e atípicos de provas.....	676
13. Produção antecipada da prova.....	676
14. Ata notarial.....	676
15. Depoimento pessoal	676
16. Confissão.....	679
17. Exibição de documento ou coisa	681
18. Prova documental	682
19. Prova testemunhal	686
20. Prova pericial	691
21. Inspeção judicial	697
Capítulo XXXI → SENTENÇA	701
1. Considerações iniciais.....	701
2. Definição.....	701
3. Requisitos	701
4. Classificação das sentenças	703
5. Correlação entre sentença e demanda.....	704
6. Efeitos.....	705
7. Publicação	706
8. Sentenças não resolutivas de mérito	707
9. Sentenças resolutivas de mérito	708
10. Interpretação da decisão judicial.....	709
11. Definição, em sentença (decisão judicial), da extensão da obrigação de pagar quantia.....	709
12. Relação jurídica condicional e certeza do ato decisório	709
13. Fatos novos, que sejam constitutivos, modificativos ou extintivos do direito a influir no julgamento do mérito.....	710
14. Ordem cronológica	710
15. Hipoteca judiciária	710
16. Remessa necessária	711
17. Julgamento das ações relativas às prestações de fazer, de não fazer e de entregar coisa	713
Capítulo XXXII → COISA JULGADA	721
1. Considerações iniciais.....	721
2. Coisa julgada formal e material	721
3. Regimes jurídicos da coisa julgada	722
4. Coisa julgada progressiva.....	723
5. Efeitos decorrentes da decisão transitada em julgado	724

6. Eficácia preclusiva decorrente da formação da coisa julgada.....	725
7. Conflito entre coisas julgadas	725
8. Limites	726
9. Meios de impugnação	728
Capítulo XXXIII → LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA	729
1. Considerações iniciais.....	729
2. Cálculos aritméticos.....	729
3. Modalidades de liquidação de sentença	730
4. Questões relevantes	735
Capítulo XXXIV → CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	739
1. Considerações iniciais.....	739
2. Títulos executivos judiciais.....	739
3. Competência	739
4. Cumprimento definitivo.....	740
5. Cumprimento provisório	744
6. Impugnação ao cumprimento de sentença	746
7. Honorários advocatícios.....	750
8. Protesto de decisão judicial transitada em julgado	751
9. Obrigação de prestar alimentos.....	751
10. Obrigação de pagar quantia certa pela fazenda pública	754
Capítulo XXXV → PROCEDIMENTOS ESPECIAIS.....	759
1. Considerações iniciais.....	759
2. Procedimentos especiais	760
Capítulo XXXVI → PROCESSO DE EXECUÇÃO	789
1. Considerações iniciais.....	789
2. Princípios	789
3. Instrumentos.....	790
4. Condições da ação executiva	791
5. Competência	792
6. Amplitude territorial da atuação do oficial de justiça	793
7. Emprego de força policial.....	793
8. Títulos executivos	793
9. Não impedimento à execução pela propositura de ação a discutir a prestação reconhecida pelo título.....	795
10. Títulos executivos extrajudiciais estrangeiros.....	795
11. Utilidade do processo de conhecimento, apesar da existência de título executivo extrajudicial.....	795
12. Execução provisória e definitiva.....	796
13. Responsabilidade patrimonial.....	797
14. Fraude à execução.....	801
15. Responsabilidade civil de alegado credor (art. 776 do CPC)	801
16. Atos da execução.....	802
17. Disposições gerais	802

Capítulo XXXVII → DIVERSAS ESPÉCIES

DE EXECUÇÃO	803
1. Considerações iniciais	803
2. Disposições gerais às diversas espécies de execução	803
3. Intimações obrigatórias de terceiros e outras medidas.....	804
4. Execução para a entrega de coisa certa	805
5. Execução para a entrega de coisa incerta.....	806
6. Execução das obrigações de fazer.....	806
7. Execução das obrigações de não fazer.....	809
8. Execução por quantia certa contra devedor solvente	810
9. Execução por quantia certa contra a fazenda pública	833
10. Execução por quantia certa de prestação alimentícia	833

Capítulo XXXVIII → EXECUÇÃO POR QUANTIA

CERTA CONTRA DEVEDOR INSOLVENTE	837
1. Considerações iniciais	837

Capítulo XXXIX → EMBARGOS À EXECUÇÃO

1. Considerações iniciais	839
2. Embargos à execução fundada em título executivo extrajudicial	839
3. Embargos à execução contra a Fazenda Pública.....	842
4. Moratória	842

Capítulo XL → SUSPENSÃO E EXTINÇÃO

DO PROCESSO DE EXECUÇÃO	845
1. Considerações iniciais	845
2. Suspensão	845
3. Extinção.....	846

Capítulo XLI → PROCESSOS NOS TRIBUNAIS

1. Considerações iniciais	847
2. Disposições gerais	847
3. Ordem dos processos no Tribunal	851

Capítulo XLII → INCIDENTE DE ASSUNÇÃO

DE COMPETÊNCIA	859
1. Considerações iniciais	859
2. Pressupostos.....	859
3. Legitimidade	860
4. Competência	860
5. Vinculação	860
6. Procedimento.....	860
7. Alteração de tese jurídica adotada em incidente de assunção de competência	862

Capítulo XLIII → INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE	863
1. Considerações iniciais	863
2. Controle concentrado de constitucionalidade	863
3. Cláusula de reserva de plenário	863
4. Efeitos	864
5. Procedimento	865
Capítulo XLIV → CONFLITO DE COMPETÊNCIA	867
1. Considerações iniciais	867
2. Hipóteses de conflito de competência	867
3. Legitimidade	868
4. Competência para processar e julgar o conflito de competência	868
Capítulo XLV → HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA E CONCESSÃO DO EXEQUATUR À CARTA ROGATÓRIA	869
1. Considerações iniciais	869
2. Amplitude da expressão “sentença estrangeira”	870
3. Requisitos para homologação da decisão estrangeira e para a concessão do <i>exequatur</i>	870
Capítulo XLVI → AÇÃO RESCISÓRIA	873
1. Considerações iniciais	873
2. Pressupostos	873
3. Condições	875
4. Atos de disposição de direitos e homologatórios praticados no curso da execução	876
5. Tutela provisória	876
6. Procedimento	877
CAPÍTULO XLVII → INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS	885
1. Considerações iniciais	885
2. Requisitos de admissibilidade	886
3. Competência	886
4. Requerimento de instauração do IRDR	886
5. Juízo de admissibilidade	887
6. Condutas do relator	887
7. Instrução	889
8. Julgamento	889
9. Efeitos da decisão	890
10. Recursos	890
11. Revisão da tese jurídica	891
12. Publicidade	892
13. Desistência ou abandono	892

Capítulo XLVIII → RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL	893
1. Considerações iniciais.....	893
2. Natureza jurídica.....	893
3. Cabimento.....	894
4. Competência.....	894
5. Legitimidade	895
6. Procedimento.....	895
7. Eficácia da decisão	896
Capítulo XLIX → TEORIA GERAL DOS RECURSOS	897
1. Considerações iniciais.....	897
2. Vícios (erros) atribuíveis aos atos decisórios.....	897
3. Pressupostos de admissibilidade.....	898
4. Juízo de admissibilidade e de mérito recursal	904
5. Princípios	904
6. Efeitos.....	911
7. Classificação.....	918
8. Certificação do trânsito em julgado e baixa dos autos ao juízo de origem	918
Capítulo L → APELAÇÃO	921
1. Considerações iniciais.....	921
2. Efeitos.....	921
3. Inovação recursal.....	922
4. Procedimento.....	922
Capítulo LI → AGRAVO DE INSTRUMENTO	925
1. Considerações iniciais.....	925
2. Efeitos.....	931
3. Procedimento.....	931
Capítulo LII → AGRAVO INTERNO	935
1. Considerações iniciais.....	935
2. Efeitos.....	936
3. Procedimento.....	936
Capítulo LIII → EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	939
1. Considerações iniciais.....	939
2. Efeitos.....	941
3. Procedimento.....	941
Capítulo LIV → RECURSO ORDINÁRIO.....	945
1. Considerações iniciais.....	945
2. Efeitos.....	947
3. Procedimento.....	947

Capítulo LV → RECURSO EXTRAORDINÁRIO E RECURSO ESPECIAL	951
1. Considerações iniciais.....	951
2. Efeitos.....	953
3. Procedimento.....	953
Capítulo LVI → AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL E EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO	961
1. Considerações iniciais.....	961
2. Efeitos.....	962
3. Procedimento.....	962
Capítulo LVII → EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA	965
1. Considerações iniciais.....	965
2. Requisitos de admissibilidade.....	965
3. Efeitos.....	967
4. Procedimento.....	967

PARTE III – DIREITO EMPRESARIAL

André Luiz Santa Cruz Ramos

Capítulo I → DO DIREITO COMERCIAL AO DIREITO EMPRESARIAL	973
1. Conceito e origem do Direito Comercial.....	973
2. A teoria dos atos de comércio.....	974
3. A teoria da empresa.....	977
4. O Direito Comercial brasileiro.....	980
5. O Direito Empresarial brasileiro.....	980
6. O novo CPC e o direito empresarial.....	983
Capítulo II → O NOVO DIREITO EMPRESARIAL BRASILEIRO	985
1. O Direito de Empresa no novo CC de 2002.....	985
2. O Registro Público de Empresas Mercantis.....	992
3. A escrituração dos empresários.....	997
4. Nome empresarial.....	1001
5. Estabelecimento empresarial.....	1005
6. Auxiliares e colaboradores do empresário.....	1011
7. EIRELI – Empresa Individual de Responsabilidade Limitada.....	1013

Capítulo III → DIREITO DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL	1017
1. Introdução ao Direito de Propriedade Industrial	1017
2. A Convenção de Paris e o acordo TRIPS	1017
3. A Lei nº 9.279/96 (Lei de Propriedade Industrial – LPI)	1018
4. Patentes de invenção e de modelo de utilidade	1020
5. Registro de desenho industrial	1026
6. Registro de marca	1027
7. Indicações geográficas	1032
8. <i>Trade dress</i> (conjunto-imagem)	1033
Capítulo IV → DIREITO SOCIETÁRIO	1037
1. Introdução	1037
2. Sociedade simples e sociedades empresárias	1037
3. Sociedades personificadas e sociedades não personificadas	1038
4. Sociedade em comum	1039
5. Sociedade em conta de participação	1041
6. Sociedade simples “pura”	1043
7. Sociedade em nome coletivo	1052
8. Sociedade em comandita simples	1053
9. Sociedade limitada	1054
10. Sociedade Anônima	1065
11. Sociedade em comandita por ações	1089
12. Sociedade cooperativa	1091
13. Operações societárias	1092
14. Dissolução, liquidação e extinção das sociedades	1094
15. Desconsideração da personalidade jurídica	1099
Capítulo V → TÍTULOS DE CRÉDITO	1103
1. Introdução ao Direito Cambiário	1103
2. A Lei Uniforme de Genebra e o CC de 2002	1103
3. Conceito de títulos de crédito, características e princípios informadores	1104
4. Classificação dos títulos de crédito	1107
5. Letra de Câmbio	1110
6. Nota promissória	1113
7. Cheque	1115
8. Duplicata	1120
9. Endosso	1124
10. Aval	1127
11. Protesto	1130
Capítulo VI → CONTRATOS MERCANTIS	1133
1. Introdução	1133
2. Teoria geral do direito contratual	1133

3. Compra e venda mercantil	1137
4. Contratos de colaboração	1142
5. Contratos bancários.....	1148
6. Contrato de seguro	1159
7. Arbitragem.....	1163
Capítulo VII → FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS	1169
1. O novo Direito Falimentar	1169
2. Falência.....	1169
3. Recuperação judicial	1202
4. Plano especial de recuperação judicial para ME e EPP	1216
5. Recuperação extrajudicial	1218
6. Administrador judicial, comitê de credores e assembleia geral de credores	1224
7. Direito Penal falimentar.....	1230
8. Problemas de direito intertemporal	1231